

Comissão da Alerj vai propor mudanças na lei orçamentária

Comissão de Contenção de Gastos e Seplag debatem regras mais rígidas para o Rio

Por Déborah Gama

A Comissão Especial de Contenção dos Gastos Públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) anunciou, nesta terça-feira (16), que vai propor alterações formais no texto da Lei Orçamentária Anual (LOA). A intenção do colegiado é reestruturar as finanças estaduais para torná-las mais aderentes à realidade financeira e reduzir a necessidade de remanejamentos, suplementações extras e contingenciamentos severos no decorrer do ano. A decisão foi tomada após uma oitiva com o secretário de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro (Seplag), Rafael Abreu.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Jair Bittencourt (PL), o hábito governamental de inflar as previsões de receitas e despesas gera um cenário de profunda incerteza na execução de investimentos básicos e de políticas públicas essenciais. “Precisamos de um orçamento mais executável e aderente à realidade financeira do Estado. Vamos propor à Comissão de Orçamento da Casa um texto com esse objetivo”, explicou o parlamentar, defendendo o fim da dependência histórica de correções tardias.

Novas ferramentas na gestão fiscal

Durante o depoimento, o secretário Rafael Abreu justificou o volume expressivo de suplementações no orçamento apontando a uma antiga “cultura administrativa” que impera no Rio de Janeiro há mais de duas décadas.



Colegiado vai debater a criação de um projeto de lei que amplie a transparência dos contratos, respeitando a LGPD

Segundo o titular da Seplag, os secretários e gestores das pastas costumam estruturar seus planejamentos de ação sem considerar o teto dos recursos reais disponíveis, dependendo de futuras costuras políticas e técnicas para viabilizar as metas. Ele reforçou que reverter essa prática demanda tempo, mas adiantou que a proposta orçamentária para o próximo exercício financeiro virá com critérios mais rígidos e realistas.

Como parte das estratégias de controle interno para modernizar a máquina pública, a Seplag implementou um sistema de reserva orçamentária integrado ao Sistema Integrado de Administração Financeira

(Siafe-Rio). Essa ferramenta digital impede que os mesmos recursos públicos sejam alocados em processos diferentes simultaneamente, minimizando erros e fraudes.

O encontro na Alerj contou também com a participação do subsecretário da Seplag, Pablo Villarim Gonçalves, e dos deputados integrantes da comissão: Alan Lopes (PL), que atua como relator; Tia Ju (REP), vice-presidente; e Luiz Paulo (PSD).

Combate ao sigilo contratual

Outro avanço discutido foi a proposta de uma Lei Comple-

mentar para instituir o Sistema de Responsabilidade Fiscal por Gatilhos do Estado do Rio de Janeiro (Sifig-RJ). Idealizado pela deputada Tia Ju, o projeto prevê a criação de mecanismos automáticos de alerta e monitoramento de gastos. Se despesas com pessoal ou restos a pagar atingirem níveis críticos, o sistema acionará barreiras automáticas de contenção.

O debate gerou cobranças dos parlamentares sobre o uso excessivo de sigilo em processos públicos. O deputado Alan Lopes criticou o bloqueio de dados referentes a suplementações da folha de pessoal

do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), estimadas em R\$ 624 milhões. Já o deputado Luiz Paulo cobrou o estabelecimento de regras claras para impedir que informações contratuais sejam camufladas sob justificativas injustificadas de restrição. Para solucionar esse cenário, o colegiado planeja um novo projeto de lei para ampliar o acesso a empenhos e contratos, alinhado à LGPD.

A Comissão Especial de Contenção dos Gastos Públicos marcou para o dia 25 de junho, às 14h, a realização de uma audiência para apresentar o seu primeiro relatório parcial de atividades.

Governo divulga mais de 2,6 mil vagas

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Trabalho e Renda, abriu 2.663 novas oportunidades de emprego formal, estágio e Jovem Aprendiz nesta semana. As opções estão distribuídas pelas regiões Metropolitana, Serrana, Centro-Sul e Médio Paraíba, com remunerações que chegam a R\$ 6.484 para cargos de liderança. O Sistema Nacional de Emprego (Sine) centraliza 1.128 dessas vagas com carteira assinada, divididas majoritariamente entre os setores de Serviços (57,6%) e Comércio (42,4%). O restante das vagas é voltado a estudantes em parceria com instituições de integração.

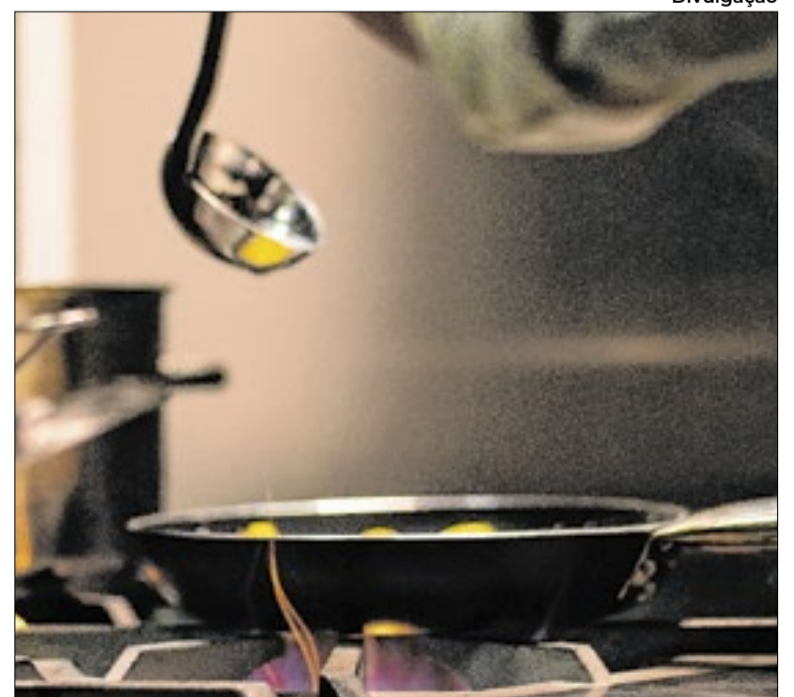
Na Região Metropolitana, os salários variam de R\$ 3.242 a R\$

4.863, com os melhores valores para cozinheiro, eletricista e pedreiro. A região também reserva 60 postos de trabalho voltados exclusivamente para pessoas com deficiência (PcD), em funções como operador de caixa, atendente e auxiliar de limpeza, todas dispensando experiência prévia. Na Região Serrana, há 191 postos concentrados em Teresópolis para soldador, vendedor e almoxarife, além de uma vaga para gerente de Recursos Humanos com teto salarial de R\$ 6.484. No Médio Paraíba, 57 vagas atendem cidades como Volta Redonda e Porto Real, enquanto o Centro-Sul conta com vaga para gerente em Três Rios.

Segundo dados estatísticos do Observatório do Trabalho, 76,1%

dos empregadores oferecem até dois salários mínimos, 49,7% exigem experiência anterior e 21,9% demandam Ensino Médio completo. Os interessados no emprego formal devem comparecer a um posto do Sine com RG, carteira de trabalho, PIS e CPF. Os detalhes podem ser consultados no Painel Interativo de Vagas da secretaria.

Para o público jovem e estudantes, a parceria com a Fundação Mudes e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) soma 1.535 oportunidades. A Fundação Mudes responde por 119 vagas de estágio para os ensinos Superior, Médio e Técnico. O CIEE, por sua vez, lidera com 1.416 inserções de estágio e Jovem Aprendiz para variados níveis de escolaridade.



Vagas estão presentes em quatro regiões do Rio

Divulgação